



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA de São Carlos**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS-SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

### SENTENÇA

Processo Digital nº: **1018492-52.2015.8.26.0566**  
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Descontos Indevidos**  
 Requerente: **Lucy Barreto Marini**  
 Requerido: **Fazenda Pública do Estado de São Paulo**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Gabriela Müller Carioba Attanasio

Vistos.

Trata-se de ação de cobrança ajuizada por **Lucy Barreto Marini** contra a **FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**, sob o fundamento de que é servidor(a) público (a) do Tribunal de Justiça de São Paulo e que vêm se submetendo ao desconto de valores referentes ao auxílio alimentação nos períodos de afastamento em razão de férias e demais licenças, medida que reputa indevida. Citando julgados do STJ e do TRF, requer a condenação da requerida ao pagamento das parcelas vencidas e vincendas do referido benefício, acrescidas de juros de mora, bem como o apostilamento dos títulos para reconhecimento futuro do direito pleiteado.

Citada, a Fazenda do Estado de São Paulo apresentou contestação, alegando, em resumo, que o auxílio alimentação tem natureza indenizatória e não remuneratória, pois sua função é de indenizar aquele servidor que incorreu em gastos com sua alimentação no exercício de seu trabalho e não servir como contraprestação. Afirma que a pretensão da parte autora é expressamente vedada pelo artigo 4º da Lei Estadual 7.524/1991 e requer a improcedência do pedido.

**É o relatório.**

**Passo a fundamentar e decidir.**

Julgo o processo na forma do art. 355, I do NCPC, uma vez que não há necessidade de produção de outras provas.

O pedido não comporta acolhimento.

O auxílio-alimentação que é mensalmente pago à parte autora objetiva


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS-SP - CEP 13560-760

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

ressarci-la de despesas com alimentação com as quais tem de arcar em razão do trabalho e, portanto, nos dias efetivamente trabalhados. Referida verba tem natureza indenizatória, *propter laborem*, não se tratando de vantagem funcional.

De fato, o artigo 78 do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado, Lei Estadual 10.261/68, recepcionado como Lei Complementar, prevê as hipóteses de afastamento que serão contados como de "efetivo exercício".

Apesar disso, a Lei Estadual 7.524/91, que instituiu o auxílio alimentação para servidores estaduais, em seu artigo 4º, inciso III, vedou expressamente a concessão do benefício nos casos previstos no artigo 78 do Estatuto.

**Artigo 4.º - Não fará jus ao auxílio-alimentação o funcionário ou servidor:**

(...)

**III - afastado nas hipóteses dos Artigos 78 e 79 da Lei n. 10.261, de 28 de outubro de 1968; do Artigo 16 da Lei n. 500, de 13 de novembro de 1974; da Lei Complementar n. 343, de 6 de janeiro de 1984; dos incisos VI e VII do Artigo 64 e do Artigo 65 da Lei Complementar n. 444, de 27 de dezembro de 1985;**

O aparente conflito de normas, porém, não subsiste. O artigo 2º da referida lei determina que o benefício será concedido em função dos "dias efetivamente trabalhados".

**Artigo 2.º - O benefício será devido em função dos dias efetivamente trabalhados, conforme apurado em boletim ou atestado de frequência, e seu valor poderá ser fixado de acordo com a jornada de trabalho a que estiver sujeito o funcionário ou servidor.**

Nesse sentido:

*"E não há, a contrário do que possa parecer, incompatibilidade entre a previsão contida no Estatuto dos Funcionários Públicos e o quanto disposto na Lei no 7.524/91. O primeiro, ao considerar os dias relativos ao período de férias como "de efetivo exercício", o faz em defesa da contagem de prazos para fins de aposentadoria e de outros benefícios como, por exemplo, adicionais por tempo de serviço, sexta-parte, licença-prêmio etc. ,ao passo que a Lei nº 7.524/91, ao afirmar que o auxílio- alimentação será devido em função dos "dias efetivamente trabalhados", evidencia o caráter*


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS-SP - CEP 13560-760

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

*indenizatório da verba. Destarte, o auxílio-alimentação deve ser pago pelos dias efetivamente trabalhados, não fazendo jus o servidor ao recebimento de tal verba durante período em que não tiver laborado" (TJSP, Apelação nº 1049902-52.2014.8.26.0053, Rel: Heloísa Martins Mimessi, j. em 1108/2016).*

Semelhante disposição é encontrada no Regulamento Interno dos Servidores do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que, em seu artigo 123, estabelece:

*Art. 123 - Será concedido auxílio-alimentação a todos os servidores do Quadro do Tribunal de Justiça, em valor fixado pela Presidência do Tribunal de Justiça, independentemente da retribuição global percebida. Parágrafo único - O benefício será devido somente nos dias efetivamente trabalhados no Tribunal de Justiça.*

Por outro lado, observa-se que os julgados do C. Superior Tribunal de Justiça citados pela parte autora referem-se a outros entes federativos, com legislações estatutárias próprias, não se aplicando ao caso dos autos, destacando-se, por oportuno, que um dos julgados mencionados pela parte autora, na inicial, do Colendo Superior Tribunal de Justiça, o Agravo Regimental no Recurso Especial nº 1.350.774/RS, foi impugnado por embargos de declaração, recurso que foi acolhido para se negar provimento ao recurso especial em voga, justamente em razão de a norma local vedar o pagamento em dias não trabalhados, como no caso em tela.

Confira-se:

*"Administrativo. Servidor Público Estadual. Auxílio alimentação. Percepção no período de férias. Interpretação de Direito local. Impossibilidade. Súmula 280-STF. Divergência jurisprudencial não conhecida. Embargos de declaração acolhidos, com efeitos infringentes.*

*1. Verifica-se que a questão dos autos foi solucionada com fundamento na legislação local, qual seja, a Lei Estadual nº 10.002/1993. Com efeito, o Tribunal de origem decidiu que o servidor em férias não faz jus ao pagamento do vale-refeição com base na referida lei estadual.*

*2. O exame de normas de caráter local é inviável em recurso especial, em face da vedação prevista na Súmula 280 do STF, segundo a qual "por ofensa a direito*


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS-SP - CEP 13560-760

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

*local não cabe recurso extraordinário.*

*3. Assim, o acolhimento dos presentes embargos de declaração, com efeitos infringentes, é medida que se impõe, para não conhecer da divergência suscitada, e, assim, negar provimento ao recurso especial do ora embargado.*

*Embargos de declaração acolhidos, com efeitos infringentes, para negar provimento ao recurso especial" (Segunda Turma, EDcl no AgRg no Recurso Especial n.º 1.360.774/RS, Rel. Min. Humberto Martins, j. em 04.02.14).*

Assim a improcedência do pedido é medida que se impõe.

Ante o exposto, julgo o processo, com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil e IMPROCEDENTE o pedido.

Não há condenação nos ônus da sucumbência, já que o feito foi processado nos termos da Lei 12.153/09.

Transitada em julgado, arquivem-se os autos, com as anotações necessárias.

**Publique-se e intime-se.**

São Carlos, 05 de outubro de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**